

Deputados discutem avanços na segurança pública em Alagoas e destacam nomeação de 50 novos delegados como marco no combate ao crime



OPORTUNIDADE

Silvio Camelo Assume Relatoria de Projeto para CNH Social, Visando Inclusão e Empregabilidade



MUDANÇAS

Fernando Pereira propõe redução de ICMS para fortalecer setor produtivo em Alagoas



SEGURANDO

Deputado Cabo Bebeto critica STF e defende a atuação da Polícia Militar em debate sobre Segurança Pública no parlamento alagoano.



ALAGOAS

Deputados discutem avanços na segurança pública em Alagoas e destacam nomeação de 50 novos delegados como marco no combate ao crime



Em um recente debate acalorado na Assembleia Legislativa, deputados discutiram o impacto dos investimentos em Segurança Pública no estado, um tema de crescente relevância para a população. A discussão foi impulsionada pelo pronunciamento do deputado Sílvio Camelo, que elogiou o governo estadual pela posse de 50 novos delegados de polícia, descrevendo a medida como um marco significativo para a Segurança Pública. Camelo destacou a expansão das instalações do Centro Integrado de Segurança Pública (CISP) e a modernização do armamento como aspectos essenciais dessa evolução. Além disso, ressaltou que os índices de criminalidade violenta apresentam uma tendência de queda, reforçando a credibilidade dos dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Estado.

Por outro lado, o deputado Ronaldo Medeiros trouxe uma perspectiva mais abrangente para o debate, argumentando que a melhoria dos índices de segurança exige não apenas reforço policial, mas também investimentos em infraestrutura social, como a construção de creches e o fomento a políticas sociais inclusivas.

Medeiros sublinhou que experiências de outros estados, como o Rio de Janeiro, demonstram que estratégias centradas unicamente no aumento de efetivo policial não são suficientes.

Enquanto isso, o deputado Delegado Leonam reforçou a necessidade de investimentos em infraestrutura policial, destacando a importância de novas viaturas e concursos públicos para otimizar o combate ao crime organizado. Cabo Beбето enfatizou a necessidade de apoio incondicional às forças policiais, defendendo a redução de barreiras que dificultem o trabalho dos agentes.

Por fim, o deputado Alexandre Ayres chamou atenção para as novas tecnologias, como o videomonitoramento, que têm demonstrado eficácia na prevenção de crimes. Ayres destacou um caso recente em Maceló, onde a rápida atuação da polícia, auxiliada por essas tecnologias, permitiu o resgate de uma vítima de sequestro em menos de três minutos. Ele concluiu que o combate à criminalidade deve ser complementado por um forte investimento em educação, preparando cidadãos para um futuro seguro e próspero.

SEGURANÇA

Deputado Cabo Beбето critica STF e defende a atuação da Polícia Militar em debate sobre Segurança Pública no parlamento alagoano



Na Assembleia Legislativa de Alagoas, a semana começou com debates acalorados sobre Segurança Pública, e o deputado estadual Cabo Beбето (PL) se destacou por sua postura enérgica e contundente. Durante as discussões, parlamentares de esquerda trouxeram o Rio de Janeiro como exemplo, o que despertou a reação veemente de Cabo Beбето.

O deputado fez questão de lembrar a todos presentes no plenário que o Supremo Tribunal Federal (STF), onde o ministro Ronaldo Medeiros ocupa a 12ª cadeira, proibiu a atuação da Polícia Militar em favelas e morros. Com um toque de ironia, Cabo Beбето ressaltou que muitos se consideram especialistas em segurança pública, mas que a voz da polícia muitas vezes não é ouvida.

"Nossa polícia é competente e atuante. Ela não tem medo de enfrentar criminosos, mas precisa do apoio necessário. Não adianta

apenas discursos, pois inventam novas restrições que prejudicam o trabalho dos agentes de segurança, resultando em situações semelhantes às do Rio de Janeiro", defendeu o deputado.

Cabo Beбето enfatizou a importância de valorizar e apoiar as forças policiais, destacando a necessidade de políticas públicas eficientes e que não prejudiquem o desempenho desses profissionais no combate à criminalidade. Sua intervenção gerou debates intensos entre os parlamentares presentes, demonstrando a relevância e a sensibilidade do tema em discussão.

A postura firme e incisiva de Cabo Beбето chamou a atenção de seus colegas e da imprensa presente no parlamento alagoano, evidenciando a importância do debate sobre segurança pública e as diferentes abordagens políticas para enfrentar o desafio da criminalidade no estado.

ALAGOAS

Deputado Fernando Pereira Propõe Redução do ICMS para Máquinas e Equipamentos em Alagoas para Competitividade Estadual



Na última quinta-feira, o deputado Fernando Pereira, integrante do Partido Progressista, apresentou uma proposta que pode impactar positivamente o setor produtivo de Alagoas. O parlamentar solicitou ao Executivo Estadual a revisão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) aplicado às operações internas de compra de máquinas e equipamentos. A intenção é reduzir tanto a alíquota quanto a base de cálculo do imposto, com o objetivo de tornar mais

competitiva a compra desses bens no estado.

Pereira destacou um cenário preocupante: atualmente, a taxa de ICMS em Alagoas é de 20,5%, significativamente superior à de estados vizinhos como Pernambuco e Paraíba, que aplicam alíquotas que variam entre 7% e 5,7%. Essa diferença faz com que empresários locais optem por adquirir maquinário em outros estados, onde os custos são mais baixos. A prática não apenas encarece o custo para empresas alagoanas, mas também leva à desvantagem

competitiva das mesmas em comparação com companhias oriundas de outras regiões.

O impacto dessa situação se estende à economia local, pois empresas têm transferido suas filiais para esses estados vizinhos, aproveitando-se dos incentivos fiscais mais favoráveis. Essa mudança resulta em uma perda significativa de arrecadação para Alagoas, além de reduzirem-se as oportunidades de crescimento econômico dentro do estado. O deputado ressaltou a urgência dessa revisão tributária para

reverter esse fluxo de capital e oportunidades que está migrando para fora das fronteiras alagoanas.

Com o requerimento, Pereira espera que o governo estadual e a Secretaria de Estado da Fazenda iniciem um diálogo com o setor produtivo alagoano e a Casa de Tavares Bastos, instituição legislativa, para viabilizar políticas fiscais mais justas e adequadas ao desenvolvimento econômico de Alagoas.

ALAGOAS

Aprovado em 1º turno projeto que incentiva Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial



O projeto de lei ordinária nº 792/2024 foi aprovado, em 1º turno, na sessão ordinária desta quinta-feira, 20. A matéria, de autoria do deputado Fernando Pereira (PP), autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo ao Sistema Orgânico de Produção Agropecuária e Industrial.

O objetivo do projeto é expandir a produção de

alimentos não agressivos à saúde e ao meio ambiente. "Considera-se sistema orgânico de produção todo aquele em que se adotem tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais (...) de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes (...) e que promova a auto sustentação (...) e a eliminação do emprego de agrotóxicos, organismos geneticamente modificados em qualquer fase do processo armazenamento e de consumo", regulamenta o projeto em seu artigo 22º.

Poderão se candidatar a receber os benefícios desta lei os produtores que comprovem, por meio

de documentação legal, estarem sob a certificação e controle de qualidade orgânica. "Os produtores que cumprirem os requisitos exigidos por esta lei receberão incentivos fiscais e serão priorizados na obtenção de créditos agrícolas administrados por instituições estaduais", explica Fernando Pereira.

O projeto, que busca "assegurar o desenvolvimento e a construção de uma produção alimentar mais humana e respeitadora do meio ambiente", precisa ainda passar por mais uma votação, antes de ser encaminhada para o Poder Executivo e se tornar lei.

ALAGOAS

Silvio Camelo Assume Relatoria de Projeto para CNH Social, Visando Inclusão e Empregabilidade



O deputado Silvio Camelo, líder do Governo na Assembleia Legislativa, foi designado como relator especial para o projeto de lei Nº 1253/2024, que institui o programa "Minha Primeira Carteira de Habilitação". Essa iniciativa tem como objetivo facilitar o acesso à formação de condutores para aqueles que não possuem condições financeiras de arcar com os custos necessários para a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

Camelo, que representa o Partido Verde, destacou a importância do programa ao compará-lo a iniciativas anteriores, como o Programa Correria, que teve um impacto positivo na geração de empregos. Segundo o deputado, muitas pessoas que já detêm as habilidades necessárias para dirigir um veículo acabam sendo limitadas pela falta de uma habilitação formal devido aos custos elevados envolvidos no processo de obtenção da CNH.

Além disso, Camelo expressou gratidão pela aprovação de uma emenda impositiva de sua autoria, que garantiu um aporte de um milhão de reais para o programa. Essa verba, já sancionada pelo governador, aguarda apenas a autorização da Assembleia Legislativa para que o projeto seja implementado. A expectativa é de que essa ação possa proporcionar a muitos cidadãos a oportunidade de obter a sua primeira CNH social, aliviando uma barreira significativa para sua mobilidade e, potencialmente, ampliando suas oportunidades no mercado de trabalho.

O deputado ressalta a vitalidade de programas como este para o desenvolvimento social e econômico da população, sendo um combustível para a autonomia individual e coletiva. Esses esforços podem se traduzir em uma sociedade mais inclusiva e integrada, onde o acesso às oportunidades é amplamente democratizado.

ALAGOAS

Reivindicação para Implantação de Grupamento de Bombeiros Militar em Teotônio Vilela Alcança Evidência na Assembleia Legislativa de Alagoas

Em um cenário de crescente preocupação com a segurança da população e a eficiência no atendimento a emergências, está em curso um apelo importante ao governo de Alagoas e à comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado. Trata-se da solicitação para a implantação de um Grupamento de Bombeiro Militar (GBM) no município de Teotônio Vilela, uma proposta defendida pelo Deputado Estadual Fernando Pereira (PP).

O objetivo dessa iniciativa é fortalecer a estrutura de combate a incêndios e resgate na região, proporcionando mais segurança e agilidade nas operações dos bombeiros. Atualmente, o pedido está em análise na Presidência da Assembleia Legislativa, aguardando aprovação para que se torne realidade.

Além da criação do novo grupamento, o Deputado Fernando Pereira também

solicitou a redução da alíquota e da base de cálculo do ICMS incidente nas operações internas relativas à aquisição de máquinas e equipamentos destinados às atividades do setor produtivo em Alagoas. Essa medida visa incentivar o fortalecimento das atividades econômicas e produtivas do estado, contribuindo para o desenvolvimento local.

A presença de um Grupamento de Bombeiro Militar em Teotônio Vilela é fundamental para garantir a proteção e a segurança da população, bem como para agilizar o atendimento a situações de emergência. A iniciativa do Deputado Fernando Pereira demonstra um compromisso com o bem-estar e a qualidade de vida dos moradores da região, e aguarda-se com expectativa a aprovação e implementação desse importante projeto.



ALAGOAS

Deputado Ronaldo Medeiros Propõe Selo para Valorizar Agricultura Familiar e Impulsionar Economia Local em Alagoas

Na sessão ordinária desta última quinta-feira, os parlamentares reunidos discutiram um conjunto de 10 itens importantes, com destaque para o projeto de lei ordinária nº 665/2023, que busca instituir o Selo de Identificação dos Produtos da Agricultura Familiar em Alagoas, conhecido como Sipaf/AL. O texto, elaborado pelo deputado Ronaldo Medeiros, foi submetido a deliberação em primeiro turno e gera grande expectativa entre os pequenos produtores rurais do estado.

De acordo com o deputado, o principal objetivo do projeto é fortalecer e promover a visibilidade da produção originária da agricultura familiar, um segmento vital para a economia local. Medeiros enfatiza a importância desse setor, não apenas na contribuição econômica, mas também na preservação da rica cultura regional e na promoção da segurança alimentar. O selo proposto visa oferecer aos agricultores familiares um meio eficaz para sinalizar a qualidade e a procedência dos seus produtos, valorizando o esforço e o trabalho

desempenhado por essas comunidades.

A introdução do selo Sipaf/AL tem o potencial de impulsionar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, trazendo benefícios significativos como a geração de empregos e renda, especialmente nas regiões rurais. Ao certificar a qualidade dos produtos, o selo poderá aumentar a confiança dos consumidores, estimulando a demanda por alimentos saudáveis e sustentáveis. De acordo com o projeto, o selo será disponibilizado para um amplo espectro de produtores, incluindo agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, povos indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, em conformidade com a legislação federal vigente.

A aprovação do projeto em dois turnos de votação é necessária antes de sua sanção pelo Executivo, e sua implementação promete ser um marco na valorização da produção agrícola familiar em Alagoas, refletindo um compromisso renovado com o desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo da região.



Comissão de Meio Ambiente Debaterá Impacto de Megatorres na Última Lagoa Urbana de Maceió em Audiência Pública

Na última sessão da Comissão de Meio Ambiente e Proteção dos Animais da Assembleia Legislativa de Alagoas, o foco se voltou para um tema de grande relevância e possível controvérsia: a construção de megatorres na Lagoa da Anta, localizada no bairro da Jatiúca, em Maceió. Presidida pelo deputado Delegado Leonam, a comissão convocou uma audiência pública para o dia 10 de março, com o intuito de promover um debate amplo sobre o impacto ambiental e urbanístico desse projeto na última lagoa urbana da cidade, um espaço que, segundo o deputado, foi reduzido ao longo dos anos, mas que ainda mantém um papel essencial no convívio e no equilíbrio ecológico da região.

A construção proposta para cinco megatorres levanta preocupações que ultrapassam a simples transformação do espaço urbano. Estão em jogo questões como a preservação das matas ciliares e o impacto na mobilidade urbana, aspectos considerados cruciais por Leonam, que defende a necessidade de priorizar o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental. O parlamentar alertou para os riscos de danos e crimes ambientais, propondo uma mesa de diálogo que envolva todos os interessados, para evitar que o

progresso desrespeite o meio ambiente.

Paralelamente, Delegado Leonam trouxe à tona um assunto pessoal e político: um processo judicial movido contra ele pelo governador Paulo Dantas em resposta às suas críticas à Segurança Pública de Alagoas. O deputado relatou que foi às ruas durante o recesso parlamentar para ouvir as preocupações da população sobre o aumento da criminalidade e a atuação de facções criminosas. Suas declarações, veiculadas em um vídeo nas redes sociais, ganharam ampla repercussão, algo que, conforme Leonam, motivou a ação por parte do governo estadual.

Apesar disso, o deputado comemora decisões judiciais favoráveis nas instâncias iniciais e no Tribunal de Justiça, que negaram a liminar pedida contra ele. Leonam destaca que a oposição que exerce produziu mudanças no discurso e na gestão da segurança pública estadual, indicando que sua atuação não apenas reflete anseios sociais, mas também incita o governo a repensar suas estratégias. A ação judicial não apenas evidenciou a polarização política no estado, mas também sublinhou a importância da liberdade de expressão e do diálogo transparente entre governo e oposição.



PRECARIEDADE

Deputado Leonam denuncia caos no HGE: Má estrutura e pagamento atrasado apesar de bilhões em investimentos estaduais e federais



Na última sessão ordinária, realizada na terça-feira, o deputado Delegado Leonam, membro do partido União Brasil, trouxe à tona preocupações significativas relacionadas à infraestrutura do Hospital Geral do Estado (HGE) e ao atraso nos salários dos profissionais da Saúde. Segundo ele, as denúncias sobre a condição do hospital e a situação dos trabalhadores vêm crescendo. Leonam destacou que essas questões são inaceitáveis, especialmente à luz dos investimentos supostamente realizados pelo Governo do Estado. Desde o início de 2024, teria sido investido um montante de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões na área, conforme apontado pelo deputado.

Além disso, Leonam ressaltou que o Governo do Estado não está sozinho no recebimento de verbas, já que houve repasses significativos do Governo Federal, totalizando também cerca de R\$ 3,5 bilhões. Apesar desses recursos financeiros

expressivos, o HGE ainda enfrenta sérias deficiências em sua estrutura, criando um ambiente de trabalho e atendimento considerado insalubre. O deputado também chamou atenção para questões de higiene, especialmente nas refeições servidas dentro do hospital, que, segundo ele, não atendem aos padrões mínimos esperados.

Essas observações lançam luz sobre uma situação crítica que requer atenção urgente das autoridades competentes. As alegações de insalubridade e falta de recursos humanos satisfeitos refletem problemas que podem impactar diretamente a prestação de serviços de saúde à população. O deputado Leonam, ao usar sua voz na assembleia, busca não apenas apontar falhas, mas também pressionar por soluções que assegurem um atendimento de qualidade, adequado e justo, tanto para os trabalhadores quanto para os pacientes do sistema de saúde estadual.

DEBATE

Deputado Ronaldo Medeiros Propõe Selo para Valorizar Agricultura Familiar e Impulsionar Economia Local em Alagoas

Na sessão ordinária desta última quinta-feira, os parlamentares reunidos discutiram um conjunto de 10 itens importantes, com destaque para o projeto de lei ordinária nº 665/2023, que busca instituir o Selo de Identificação dos Produtos da Agricultura Familiar em Alagoas, conhecido como Sipaf/AL. O texto, elaborado pelo deputado Ronaldo Medeiros, foi submetido a deliberação em primeiro turno e gera grande expectativa entre os pequenos produtores rurais do estado.

De acordo com o deputado, o objetivo do projeto é fortalecer e promover a visibilidade da produção originária da agricultura familiar, um segmento vital para a economia local. Medeiros enfatiza a importância desse setor, não apenas na contribuição econômica, mas também na preservação da rica cultura regional e na promoção da segurança alimentar. O selo proposto visa oferecer aos agricultores familiares um meio eficaz para sinalizar a qualidade e a procedência dos seus produtos, valorizando o esforço e o trabalho desempenhado por essas comunidades.

A introdução do selo Sipaf/AL tem o potencial de impulsionar a comercialização dos produtos da agricultura familiar, trazendo benefícios significativos como a geração de empregos e renda, especialmente nas regiões rurais. Ao certificar a qualidade dos produtos, o selo poderá aumentar a confiança dos consumidores, estimulando a demanda por alimentos saudáveis e sustentáveis. De acordo com o projeto, o selo será disponibilizado para um amplo espectro de produtores, incluindo agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas, povos indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, em conformidade com a legislação federal vigente.

A aprovação do projeto em dois turnos de votação é necessária antes de sua sanção pelo Executivo, e sua implementação promete ser um marco na valorização da produção agrícola familiar em Alagoas, refletindo um compromisso renovado com o desenvolvimento sustentável e socialmente inclusivo da região.



INFRAESTRUTURA

Deputado Mesaque Padilha cobra recuperação urgente de trecho crítico da AL-101 Sul e agradece melhorias em Coruripe

Em uma sessão ordinária realizada na terça-feira, o deputado Mesaque Padilha, representando o União Brasil, destacou duas importantes questões que envolvem a infraestrutura rodoviária e serviços de saúde no estado de Alagoas. Inicialmente, Padilha alertou sobre a situação precária de um trecho da AL-101 Sul, entre Roteiro e Lagoa Azeda, em Jequiá da Praia. Ele ressaltou a urgência de providências por parte do Governo do Estado e do Departamento de Estradas de Rodagem de Alagoas (DER/AL) devido à formação de uma cratera na via. "Está se formando uma cratera. Estou pedindo providência urgente, inclusive protocolei uma indicação, porque neste final de semana iniciam-se os festejos de Carnaval, quando o fluxo de veículos começa a aumentar no Litoral Sul", frisou o deputado, destacando os riscos iminentes que o problema representa, especialmente em um período de aumento no tráfego.

Além desta cobrança, Padilha enalteceu as ações do governo voltadas ao município de Coruripe, evidenciando obras que atendem às

solicitações por ele encaminhadas anteriormente. Ele expressou gratidão pelo recapeamento do trevo de entrada da cidade e pela inauguração da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que aconteceu no início do mês e já está sendo referência em atendimento à população local. "Recentemente, solicitei o recapeamento do trevo na entrada do município e fomos atendidos. Também estamos agradecidos pela entrega da UPA, inaugurada no último dia 4, que já está prestando um bom serviço aos coruripenses", ressaltou Padilha.

Ainda sobre as melhorias em infraestrutura, o parlamentar mencionou com satisfação o andamento das obras nos conjuntos habitacionais Luiz Simões e Manoel Lessa em Coruripe. Ele detalhou que, durante a inauguração da UPA, o prefeito Marcelo Beltrão também reforçou a necessidade desses recapeamentos; a boa notícia é que as obras já estão em fase de conclusão. A atitude proativa do governo em relação às demandas locais foi elogiada como essencial para o desenvolvimento e bem-estar dos habitantes da região.



ALAGOAS

Deputado Fernando Pereira discute retomada dos programas Moradia Legal e Rural Legal em reunião com o TJAL e prefeitos



O deputado estadual Fernando Pereira (PP) esteve reunido com o vice-presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Carlos Cavalcanti, na sede do Judiciário para discutir a retomada dos programas Moradia Legal e Rural Legal nos municípios de Teotônio Vilela, Campo Alegre, e em outras cidades do estado. O Moradia Legal tem como objetivo facilitar a regularização de imóveis urbanos para pessoas de baixa renda, enquanto o Rural Legal busca garantir a propriedade de imóveis para pequenos agricultores familiares.

A reunião contou com a presença do prefeito Peu Pereira (Teotônio Vilela), da prefeita Pauline Pereira (Campo Alegre), do ex-deputado Joãozinho Pereira e da ex-deputada Jó Pereira. O encontro foi fundamental para debater as estratégias de retomada dos programas e como beneficiar milhares de famílias nessas regiões.

Fernando Pereira destacou a importância dos programas Moradia Legal e Rural Legal e reforçou seu compromisso em viabilizar a

expansão dessas iniciativas para outras cidades como São Miguel dos Campos, São Sebastião, Limoeiro de Anadia, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Craibas e Flexeiras. Ele ressaltou a parceria com o trabalho social do TJAL como essencial para oferecer suporte às pessoas que mais precisam em cada localidade.

O deputado enfatizou que a atuação em conjunto é fundamental para promover mais dignidade e oportunidades para o povo alagoano. A expectativa é de que a retomada dos programas possa beneficiar um grande número de famílias necessitadas, garantindo a regularização de imóveis urbanos e rurais.

Dessa forma, a parceria entre o poder público, representado pelo deputado Fernando Pereira, e o Judiciário demonstra um compromisso com a justiça social e a melhoria da qualidade de vida da população mais carente. A retomada dos programas Moradia Legal e Rural Legal promete ser um marco na regularização fundiária e no acesso à moradia adequada para os cidadãos alagoanos.

ALAGOAS

Deputada propõe instituição do Dia Estadual do Sistema S em Alagoas para reconhecer importância das entidades para o desenvolvimento



A deputada estadual Cibele Moura (MDB) apresentou um Projeto de Lei no dia 17 de fevereiro para instituir o dia 16 de maio como o Dia Estadual do Sistema S em Alagoas. A iniciativa vem atender a um pedido do Sistema Fecomércio-Sesc-Senac Alagoas e visa destacar a importância das entidades que compõem o Sistema S para o desenvolvimento econômico, educacional e social do estado.

O presidente do Sistema Fecomércio, Adeildo Sotero, ressalta a relevância do projeto ao reconhecer o papel do Sistema S, o qual engloba a Fecomércio AL, Sesc e Senac, na geração de empregos, movimentação da economia e contribuição para o desenvolvimento local. Sotero destaca que a atuação das entidades do Sistema S cria um ambiente de negócios competitivo e sustentável, beneficiando toda a sociedade alagoana.

A deputada Cibele Moura enfatiza a importância do Sistema S na qualificação profissional, apoio ao empreendedorismo e modernização dos setores produtivos. Ela destaca o papel do Sistema S como parceiro no fortalecimento de micro e pequenas empresas, contribuindo diretamente para o crescimento do estado. Além

disso, ressalta que as entidades do Sistema S também oferecem serviços de saúde, lazer e bem-estar, beneficiando milhares de pessoas e fortalecendo as comunidades locais.

Caso o projeto seja aprovado pela Assembleia Legislativa de Alagoas e convertido em lei, o estado se tornará o terceiro da região nordeste a oficializar o dia 16 de maio como um dia importante para o Sistema Comércio. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e as Federações do Comércio dos demais estados brasileiros realizarão a Semana S do Comércio de Bens, Serviços e Turismo nos dias 16 e 17 de maio para destacar a relevância do setor terciário para o crescimento econômico e social do estado.

Atualmente, o dia 16 de maio já é oficializado como Dia S do Comércio em diversos estados, entre eles Bahia, Pernambuco, Roraima, Tocantins, Goiás, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Outros estados, como Amapá, Mato Grosso do Sul e Rondônia, estão aguardando a votação em suas respectivas casas legislativas para também instituírem essa data especial.

ALAGOAS

Deputada critica vereadora por responsabilizar população pela falta de medicamentos em vídeo nas redes sociais

No último domingo, a deputada estadual Cibele Moura (MDB) causou polêmica ao publicar um vídeo em suas redes sociais criticando a vereadora Lela da Saúde, da cidade de Barra de Santo Antônio. A discussão teve início após a vereadora Lela afirmar que a ausência de medicamentos na cidade era responsabilidade da população, alegando que havia um consumo excessivo de remédios controlados na região.

Em resposta, Cibele Moura utilizou um formato de vídeo reagindo às declarações da vereadora, onde demonstrou repúdio e responsabilizou a gestão municipal pela escassez de medicamentos. A deputada não poupou críticas e afirmou que a falha no abastecimento de remédios era resultado da incompetência da prefeitura, liderada por Livia Carla (Republicanos), prefeita de Barra de Santo Antônio.

Durante o vídeo, Cibele Moura destacou a importância da responsabilidade da gestão municipal em adquirir a

quantidade correta de medicamentos, ressaltando que a função de um político não é decidir a dosagem dos remédios, mas sim garantir o abastecimento regular das farmácias para atender às necessidades da população.

A atitude da deputada repercutiu nas redes sociais, dividindo opiniões e gerando debates sobre a responsabilidade da gestão pública na garantia do acesso à saúde. A polêmica entre Cibele Moura e a vereadora Lela da Saúde evidenciou as dificuldades enfrentadas no sistema de saúde municipal e a importância do planejamento e da transparência na gestão de recursos e compras de medicamentos.

Em meio às críticas e trocas de acusações, a discussão levantada por Cibele Moura trouxe à tona a necessidade de uma maior eficiência e comprometimento por parte dos gestores públicos na oferta de serviços essenciais à população, como o acesso a medicamentos básicos e de uso contínuo.

